



Comissão de Defesa Nacional

Sua Excelência

O Presidente da Assembleia da República

Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Of. N.º 78 /3.ª - CDN/2021

2021-05-26

N.U.: 678275

ASSUNTO: Relatório da participação da Delegação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar sobre a PESC e a PCSD, que decorreu nos dias 3 e 4 de março, a partir da Assembleia da República

Para os efeitos tidos por convenientes, junto envio a Vossa Excelência o da participação da Delegação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar sobre a PESC e a PCSD, que decorreu nos dias 3 e 4 de março, a partir da Assembleia da República, por videoconferência, integrada na Dimensão Parlamentar da Presidência portuguesa do Conselho da UE.

Cabendo a organização da Conferência à Assembleia da República, integraram a Delegação o signatário e os Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS), Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Luís Capoulas Santos (PS), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Lara Martinho (PS) e Ana Miguel dos Santos (PSD), em representação da Comissão de Defesa Nacional; Paulo Pisco (PS) e Nuno Miguel Carvalho (PSD), em representação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; Isabel Oneto (PS) e António Cunha (PSD), em Representação da Comissão de Assuntos Europeus.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Marcos Perestrello)



18.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD)

(LISBOA, 3 E 4 DE MARÇO DE 2021)

Relatório

No âmbito da dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, teve lugar, nos dias 3 e 4 de março de 2021, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Defesa Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (CiP PESC-PCSD).

Dadas as restrições à circulação impostas pela pandemia de Covid-19, o evento decorreu em ambiente virtual, tendo as delegações e a maior parte dos oradores participado por videoconferência.

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- Marcos Perestrello (PS), Presidente da Comissão de Defesa Nacional;
- Lara Martinho (PS), membro da Comissão de Defesa Nacional;
- Ana Miguel dos Santos (PSD), membro da Comissão de Defesa Nacional
- Sérgio Sousa Pinto, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Paulo Pisco (PS), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Nuno Miguel Carvalho (PSD), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Luís Capoulas Santos, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus;



- Isabel Oneto (PS), membro da Comissão de Assuntos Europeus;
- António Cunha (PSD), membro da Comissão de Assuntos Europeus.

A agenda da Conferência é a constante do documento n.º 1, em anexo ao presente Relatório.

A assessoria à delegação foi assegurada pelo Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Bruno Dias Pinheiro; pela Assessora Parlamentar da Comissão de Defesa Nacional, Patrícia Grave, pelo Assessor Parlamentar da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, João Coelho; e pela Assessora Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus, Elodie Rocha.

Dia 3 de março

Os trabalhos tiveram início pelas 10h00 (CET), com a reunião Grupo dos Países do Sul, conhecido como “Grupo MED”, representados pelos sete Parlamentos nacionais que o compõem.

Para além de Portugal, que conduziu os trabalhos na pessoa do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), participaram os representantes de Chipre, Espanha, França, Grécia, Itália e Malta, para além do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Nikos Dendias, e do Diretor Executivo do Serviço Europeu de Ação Externa, Carl Hallergard, que participaram como oradores na reunião.

Nikos Dendias, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, sublinhando a importância do cumprimento do direito internacional, lembrou a situação de grande instabilidade que atualmente persiste na Líbia, onde uma solução sustentável terá de passar pela retirada da presença estrangeira, na Síria e o conflito israelo-palestiniano, expressando que a pandemia se pode revelar uma oportunidade para reatar as relações com a vizinhança, referindo a nova Agenda para o Mediterrâneo e a sua implementação na área económica, de investimento, segurança e de desenvolvimento sustentável.

Carl Hallergard, Diretor Executivo do Serviço Europeu de Ação Externa, destacou a comunicação da Comissão Europeia sobre uma nova agenda para o mediterrâneo, que visa relançar e reforçar a parceria da UE com os seus parceiros e que proporciona uma oportunidade para a Europa e a região se comprometerem em diversas áreas, nomeadamente no plano económico, quanto às alterações climáticas, migrações e mobilidade, cooperação em matéria de segurança e desenvolvimento, visando solucionar



conflitos e reforçando a troca de informações, com um maior envolvimento por parte das instituições europeias e dos Estados-Membros, frisando ainda o papel que os Parlamentos nacionais podem desempenhar.

Seguiu-se um período de debate entre os respetivos participantes.

Sessão de Abertura

A Sessão de abertura foi presidida por [Eduardo Ferro Rodrigues](#), Presidente da Assembleia da República, e contou com as intervenções do Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, [Marcos Perestrello](#), e do Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu, [David MacAllister](#) (Alemanha, PPE).

O Presidente da Assembleia da República saudou os participantes, com uma nota de esperança no futuro apesar do momento pandémico, referiu-se aos tempos de mudança e inquietação nas relações internacionais, com o crescimento de populismos e autoritarismos, com novos desafios e ameaças. Regozijou-se com o facto de os Estados Unidos da América voltarem a ser um parceiro empenhado na comunidade internacional e referiu-se à importância das relações da União com a NATO, com o continente africano, e com o Reino Unido, recordando que a ação externa da União Europeia é global. Considerou que numa era multipolar, a Europa deve atuar num contexto de diálogo e cooperação, mas com firmeza na defesa dos seus princípios, valores e interesses Rússia, com a China e com a Índia. Reforçou a necessidade de cooperar com a União Africana, trabalhar pela segurança, estabilidade e prosperidade do Continente, contribuindo para que sejam alcançados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Marcos Perestrello saudou os participantes, e elaborou sobre a decisão da Assembleia da República de trazer ao debate a segurança da Europa, a sua relação com a NATO, o elo transatlântico, as prioridades estratégicas da União, e a sua relação com o continente africano.

Finalmente, David MacAllister referiu-se ao impacto da pandemia nas políticas externa e de segurança da União, reforçando a importância da unidade na resposta a este desafio. Manifestou a atualidade do debate atentas as decisões do último Conselho Europeu, no sentido do reforço da cooperação com os parceiros a sul, e a necessidade



de manter uma cooperação estreita com a NATO e com a nova administração americana.

Discurso de [Jens Stoltenberg](#), Secretário-geral da NATO

Jens Stoltenberg regozijou-se com o facto de Presidência Portuguesa da UE ter definido o fortalecimento das relações transatlânticas como uma das suas prioridades. Referiu-se aos desafios atuais e futuros que o espaço euro-atlântico enfrenta: o comportamento destabilizador da Rússia, as formas brutais de terrorismo em áreas residenciais, ataques cibernéticos sofisticados, tecnologias disruptivas, a ascensão da China, as implicações de segurança das alterações climáticas, e a crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19. Vincou a impossibilidade de cada um dos aliados, ter capacidade de reagir a estes desafios sozinho, realçando o facto de cooperação entre a NATO e a UE ter chegado, nos últimos anos, a níveis sem precedentes, colaborando na estabilização dos Balcãs Ocidentais, na abordagem aos fluxos migratórios do mar Egeu, e abordando diversas ameaças híbridas, que vão dos ataques cibernéticos até às campanhas de desinformação. Realçou a utilidade de a NATO e a EU unirem forças para reforçar a resiliência, combater as alterações climáticas, defender a ordem e as novas tecnologias, realçando que afastar a EU da relação transatlântica enfraquecerá ambos os lados do oceano. Referiu-se ainda à importância da Cooperação Estruturada Permanente e do Fundo Europeu de Defesa, bem como aos projetos de mobilidade militar, frisando que a Defesa específica da UE deve ser um pilar da NATO.

Durante o período de debate, foram focadas questões como a nova administração americana, e necessidade de reconstruir as relações de parceria e cooperação com os EUA; o investimento na bússola estratégica para cooperação entre a UE e a NATO, destacando-se a cooperação em zonas estratégicas e em áreas como a inteligência artificial para combater a insegurança e a desinformação; o papel da Europa enquanto parceiro estratégico importante, e a cooperação na área da segurança marítima; a nova estratégia prevista no processo NATO 2030, e os desafios representados pela Turquia, pela Rússia, e pela China, terminando com a necessidade de reforçar as aliança e parcerias estratégicas.

A Senhora Deputada Lara Martinho (PS) interveio para assinalar o aumento das ações de pirataria no Golfo da Guiné, realçando a necessidade de reforçar a vigilância naquela



região, e para realçar o papel estratégico do arquipélago dos Açores na relação transatlântica e também nas relações entre a NATO e a UE.

Nas suas respostas, o Secretário-Geral da NATO começou por assegurar que muito pode ser feito no Corno da África, se houver vontade política quer da UE quer da NATO. No Mediterrâneo, referiu-se ao apoio dado pela Operação NATO Sea Guardian Às operações UE SOPHIA e IRINI, defendendo que existem muitas áreas onde esta colaboração pode ser replicada, com o apoio do Conselho da UE. Considerou bem-vindos os esforços da UE no sentido do reforço da sua componente de Defesa, desde que complementares aos da NATO, frisando, no entanto, o seu entendimento de que a Europa não se pode defender sozinha. Referindo-se aos Aliados europeus que não são membros da União, dando como exemplo a Noruega no Norte e a Turquia no Sul, afirmou que não pode ser desprezado a papel de países que, não sendo membros da UE, são importantes para a defesa europeia. Considerou, mesmo, que a simples existência da NATO facilita a defesa da UE face a novos desafios, de que referiu como exemplo o terrorismo, sendo que se trata de desafios que não podem ser enfrentados isoladamente.

Em relação à Turquia, destacou que as divergências entre aliados devem ser abordadas com um debate aberto, realçando a importância da Turquia na luta contra o Daesh.

Defendeu a necessidade de encontrar uma forma de reduzir tensões e tomar medidas na direção certa, realçando a maior presença militar da Grécia e da Turquia no Mar Egeu e a necessidade de evitar repetir erros passados, salientando a importância de conseguir uma unidade de pontos de vista para que a NATO possa continuar a cumprir a sua missão, como fez nos últimos 70 anos.

Sessão I:

Defendendo a Europa: a cooperação entre a UE e a NATO e a Bússola Estratégica

Esta sessão foi copresidida pelo Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República (CDN), Marcos Perestrello, e pelo Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu (AFET), David MacAllister.



Intervieram, como oradores, o Ministro da Defesa Nacional de Portugal, [João Gomes Cravinho](#); o Secretário-Geral Adjunto do Serviço Europeu de Ação Externa, [Charles Fries](#); e [Florence Gaub](#), Diretora Adjunta do Instituto de Estudos de Segurança da UE

João Gomes Cravinho salientou que estamos a tempo de orientar o roteiro da cooperação UE-NATO, que os desafios colocados às relações transatlânticas devem ser compreendidos e que a NATO é uma peça-chave deste diálogo. Mencionou ainda aqueles que considerou fatores chave no cenário atual: a instabilidade na vizinhança oriental da UE, devido à ameaça russa; na vizinhança sul, devido a problemas de governança em África, desestabilização causada por grupos terroristas e pobreza. Considerou que a UE contribui mais do que ninguém para a paz em África, e realçou a importância de trabalhar com a União Africana. Reforçou que, neste momento, existem 6 missões no âmbito PESC / PCSD em África, considerando que o facto de Aliança Atlântica não ter mandato para operar em África reforça a necessidade de reforçar a cooperação entre as duas organizações para apoiar a estabilização daquele continente.

Charles Fries sublinhou na sua mensagem que a UE quer assumir uma maior responsabilidade pela sua própria segurança, sendo esse o objetivo da Bússola Estratégica. Salientou ainda que a UE e a NATO nunca tiveram uma relação de cooperação tão intensa ao nível das reuniões como atualmente, enumerando, a exemplo, as diversas reuniões mais recentes. Referiu-se, ainda, à Operação Althea, que garante a segurança na Bósnia-Herzegovina desde 2004, como um exemplo de sucesso, esperando que a Operação Sea Guardian possa ser também um caso de sucesso no Mediterrâneo oriental.

Reforçou a existência de diversas áreas de cooperação entre as duas organizações, citando como exemplo o encontro de Embaixadores que, na semana seguinte, versaria o impacto das novas tecnologias nas áreas da Segurança e Defesa. Afirmou, ainda, confiar que não haveria questões bilaterais que pudessem contaminar esta cooperação. Frisou que a NATO e a UE estão a levar a cabo um processo de reflexão quase simultâneo, considerado que não se trata de uma competição, mas sim de um processo de reforço mútuo.

Em relação ao calendário da Bússola Estratégica, observou que o Alto Representante apresentará um projeto em novembro, que será adotado pelos Estados-Membros em março de 2022, que considerou ser, simultaneamente, essencial para os Estados-Membros da UE, e o contributo da União para o processo NATO 2030.



Florence Gaub, Diretora Adjunta do Instituto de Estudos de Segurança da UE, afirmou considerar que a Europa está a perder a luta pelos seus valores, pela sua influência e pelos seus interesses no mundo. Considerou que 2020 foi um mau ano para os regimes democráticos, com todas as restrições impostas nas nossas próprias sociedades. Afirmou que está em curso uma tentativa não de desmantelar o multilateralismo, mas de o minar por dentro. Esta tentativa terá origem na China, que está a tentar alterar sistema multilateral agindo com ele: está em quase metade das agências da ONU, e contribui mais para o orçamento das Nações Unidas do que o Japão. Reforçou que esta indicação não configura uma ameaça, mas antes uma realidade. A UE, ao contrário da NATO, tem a imagem de uma organização defensora da paz, mas não demonstra desempenhar qualquer papel dessa natureza nas relações de vizinhança, nem mesmo como mediadora. Observou que a União perde influência notavelmente, é vítima frequente ciberataques, e está prestes a tornar-se o que chamou 'a Suíça do mundo': um lugar fantástico para se visitar, mas ignorado nas discussões estratégicas.

O debate subsequente centrou-se principalmente na importância da Bússola Estratégica e da nova estratégia da NATO e na gestão de crises. Foram também focados o reforço das relações transatlânticas e o desenvolvimento das capacidades de defesa europeia, evitando a duplicação de esforços com a NATO, com enfoque no papel dos parlamentos nacionais nesta área. De igual modo, foram abordadas a necessidade de resposta às ameaças híbridas e desinformação, e de estabilidade na UE e na relação com a sua vizinhança próxima.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) interveio para colocar uma questão sobre duas áreas de cooperação institucional entre a UE e a NATO, sendo a primeira a cooperação para o desenvolvimento das indústrias de defesa, e como será abordada esta questão no quadro institucional de cooperação, nomeadamente no caso dos países com a dimensão de Portugal; e a segunda o combate às alterações climáticas e à poluição do Oceano Atlântico, designadamente o papel da Agência Europeia de Segurança Marítima nesta cooperação.

Dia 4 de março

Sessão II

Debate com o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança



Esta sessão foi copresidida pelo Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas da Assembleia da República (CNECP), Sérgio Sousa Pinto, e pelo Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu (AFET), David McAllister. Teve como orador único o Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (AR/VP), [Josep Borell](#).

O AR/VP centrou a sua intervenção inicial na revitalização do multilateralismo e na concretização da autonomia estratégica da União Europeia. Frisou que só o reforço da abordagem multilateral, devidamente ancorado em regras e em instituições fortes, é capaz de responder aos principais desafios que caracterizam o presente contexto internacional, dando como exemplo a resposta da União à pandemia. Referiu que a União Europeia recusou utilizar a vacinação como instrumento de poder e de influência geoestratégica, optando por implementar o projeto COVAX, que numa ótica multilateral, visa a entrega de 1.3 mil milhões de vacinas a 92 países de rendimento médio até ao final do presente ano. Deu nota da postura positiva evidenciada pela administração Biden, que preconiza novas dinâmicas de diálogo em áreas de interesse comum, frisando, contudo, que o reforço do multilateralismo não pode depender de um só Estado, mas sim de um leque alargado de parceiros, incluindo atores provenientes do setor privado, organizações não-governamentais e organizações regionais. No que concerne à autonomia estratégica, reiterou a conveniência da União em capitalizar sobre acordos e tratados existentes, mantendo, em paralelo, a autonomia necessária para defender os direitos dos cidadãos europeus, em particular quando países parceiros não cumprem as regras definidas. Nesta matéria, destacou o contributo da bússola estratégica na fixação de objetivos concretos na área da Segurança e Defesa, nomeadamente no reforço da resiliência, no desenvolvimento de capacidades civis e militares e na otimização de parcerias. Concluiu aludindo à complementaridade da autonomia estratégica e do reforço do multilateralismo, referindo que «A União deve recorrer ao multilateralismo sempre que possível, garantindo a necessária autonomia estratégica para defender os seus interesses.»

A primeira ronda do debate centrou-se na compatibilização do reforço da autonomia estratégica com a aposta no multilateralismo. Foram também focadas as relações da União com a Turquia e a República Popular da China, com particular destaque para as violações de direitos humanos em Hong Kong. De igual modo, foram colocadas



questões sobre a cibersegurança e a desinformação, a redução dos recursos para a mobilidade militar e os recentes desenvolvimentos na Síria e Etiópia.

O Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) usou da palavra para relembrar a recente expulsão do Embaixador da União Europeia em Caracas, solicitando informações sobre a normalização das relações entre a Venezuela e a União Europeia. Em aditamento, questionou como deve a União Europeia evitar que as fraturas provocadas pela pandemia acentuem as desigualdades no mundo e prejudiquem um combate eficaz à COVID19 e às suas consequências.

Em resposta, o AR/VP reiterou que a aposta na autonomia estratégica é compatível com o reforço do diálogo com parceiros. Sobre a Turquia, considerou viável converter a atual situação de tensão numa relação positiva, em parte através da conciliação de incentivos com uma atitude firme na defesa da autonomia territorial da União Europeia. Quanto a sanções aplicadas a quem viola os direitos humanos, destacou o contributo do regime global de sanções na defesa dos direitos humanos, dando nota que, no futuro próximo, prevê-se torná-lo mais abrangente, aplicável ao mundo inteiro. No referente à relação com a China, referiu que a União Europeia tem procurado coordenar a sua ação com os Estados Unidos da América, notando que, até à data, optou-se por não aplicar sanções. Esclareceu que a estratégia para a cibersegurança e desinformação está perfeitamente delineada ao nível das instituições europeias, salientando que o combate a este tipo de fenómenos, cujo crescimento e complexidade tem sido exponencial, depende do aumento dos recursos alocados. Sobre a redução dos recursos para a mobilidade militar, constatou que essa decisão proveio dos Parlamentos Nacionais, cabendo à Comissão Europeia utilizar de forma eficiente os recursos disponibilizados.

Na segunda ronda do debate foi feita referência a diferentes dinâmicas securitárias regionais, nomeadamente nos Balcãs ocidentais, no médio oriente e no sudoeste asiático. De igual modo, foram colocadas questões sobre o reforço da missão IRINI na Líbia, a escalada de violência na Bielorrússia, a cooperação com África e a cristalização de autocracias a nível mundial.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) usou da palavra para solicitar informações sobre o enquadramento do continente africano na parceria com os Estados Unidos da América, bem como sobre o apoio que a ação externa pode oferecer aos esforços empregues pela União Europeia nas várias missões PCSD a decorrer naquele continente.



A Senhora Deputada Lara Martinho (PS) usou da palavra para relembrar as reiteradas violações dos direitos humanos cometidas pelo regime de Viktor Lukashenko na Bielorrússia, questionando como pode União Europeia apoiar o povo da Bielorrússia e promover a construção de uma verdadeira democracia naquele país.

Em resposta, o AR/VP indicou que disponibilizaria brevemente um [texto](#) sobre os conceitos de multilateralismo e multipolaridade, a fim de esclarecer dúvidas suscitadas por participantes. No referente à autocracia e democracia, confirmou que está em curso uma aproximação da Rússia à China, criando um polo autocrático. Face a este movimento, referiu que a resposta das democracias deve constituir uma aliança centrada nos valores democráticos, que ultrapasse a mera dimensão securitária. Sobre a defesa da democracia na Bielorrússia, deu nota de que a União está a fazer o possível dentro das suas capacidades, revendo as relações existentes com a Bielorrússia, diminuindo a cooperação bilateral e aumentando o apoio financeiro e político ao povo e à sociedade civil daquele país. Mais disse que o foco é garantir que a Bielorrússia é um país livre e independente, não se colocando questões sobre esferas de influência, seja a russa ou a europeia. Em relação aos Balcãs Ocidentais, constatou a frustração de vários países daquela região face à lentidão do processo de adesão, relembrando, contudo, que se trata de matéria da esfera de decisão dos Estados membros. Sobre cooperação com África, frisou que a pandemia criou diversos entraves ao aprofundamento do diálogo com aquele continente, reiterando a relevância de concretizar a cimeira UE-África, bem como de mobilizar recursos do setor público e do setor privado a fim de garantir que o desenvolvimento económico acompanha o ritmo da evolução demográfica, caso contrário prevê uma forte pressão sobre movimentos migratórios. Concordou com a necessidade de reforçar a operação IRINI na Líbia, alertando para a expectável oposição da Turquia que, como membro da NATO, pode colocar entraves a novas dinâmicas de cooperação. Quanto à situação no Myanmar, relatou que a União está a exercer pressão política sobre o regime, estando previstas sanções contra os interesses económicos da cúpula militar. No referente ao processo de paz no médio oriente, após sublinhar que a União defende uma solução de dois estados, deu nota da existência de contactos diretos com atores no terreno a fim de reiniciar as negociações de paz. Referiu que estão em curso processos eleitorais em Israel e na Palestina o que justifica, em parte, a ausência de desenvolvimentos significativos.

Sessão III

Uma estratégia abrangente da UE para África

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Luís Capoulas Santos, começou por saudar a comoderadora da sessão, a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, Nathalie Loiseau, cumprimentando todos os participantes e agradecendo a presença dos oradores convidados no presente painel. Começou por referir que a relação União Europeia (UE) - África tem constituído sempre uma das prioridades das Presidências Portuguesas do Conselho, referindo que o projeto europeu, não obstante as vicissitudes da crise sanitária e económico-social que atravessamos e as suas nefastas consequências, vive um momento de relançamento, que inclui a renovação e o reforço da relação com África, a Agenda para o Mediterrâneo, a renovação em curso do Acordo de Cotonu e a realização da Cimeira UE – União Africana (UA) que se avizinha.

[Jutta Urpilainen](#), Comissária para as Parcerias Internacionais, centrou a sua intervenção na Estratégia conjunta UE – África, bem como no apoio disponibilizado no âmbito do pacote “Equipa Europa” aos parceiros africanos no quadro da luta contra a crise provocada pela COVID-19. Nesse sentido, referiu o apoio prestado através do COVAX, a necessidade de partilha de vacinas, de apoiar os sistemas nacionais de saúde e as estratégias nacionais de vacinação. Destacou a importância da parceria com África a qual apresenta oportunidades para ambas as partes, nomeadamente através do estabelecimento de uma zona de comércio livre em África, a transição digital e uma forte aposta no desenvolvimento humano. Sublinhou ainda a importância do quarto pilar da estratégia “paz, segurança e governação”, alertando para a necessidade de uma cooperação mais eficiente, em conjunto com os Estados africanos e com as respetivas instituições, para construir resiliência em áreas de conflito, no Sahel, Líbia, Chade e no Corno de África, através de apoio humanitário, ações de desenvolvimento e de paz e ações securitárias, com destaque para o papel dos jovens e das mulheres. Reiterou, concluindo, a importância de manter um diálogo aberto com os cidadãos, com o setor privado, os governos e os Parlamentos nacionais dos países africanos e da UE.

De seguida, [Francisco André](#), Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, assinalou que África tem sido um Pilar estruturante da Política Externa portuguesa e constitui uma das prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da UE. Destacou o pacote “Equipa Europa”, frisou a necessidade de um



quadro estratégico mais profundo para responder aos desafios da próxima década, realçando a convergência das prioridades na comunicação conjunta da Comissão Europeia, da Estratégia Global para África e da Agenda 2063 da União Africana. Assim, sublinhou a importância de reforçar o diálogo, na vertente institucional, parlamentar e regional, envolvendo todos os atores relevantes da sociedade civil, referindo que a Presidência Portuguesa espera destacar algumas particularidades da sua relação com África, em áreas como a transição verde e digital, a ação climática, os oceanos, o crescimento sustentável e o emprego, a paz, segurança e a boa governação, assim como as migrações e a mobilidade. De seguida, deu nota da organização, em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI), do Fórum de Alto Nível UE – África, que reunirá líderes políticos e setor privado de ambos os continentes para discutir como reforçar o investimento verde e criar modelos empresariais sustentáveis e economicamente atrativos entre a UE e África. Realçando a caixa de ferramentas europeia para África, a qual inclui a zona de comércio livre, o Mecanismo Europeu para a Paz, o Acordo pós-Cotonu com os países África, Caraíbas e Pacífico (ACP), o instrumento de vizinhança e o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional, reiterou o papel geoestratégico da UE no atual contexto mundial e a atenção inegável que deve ser dada a África.

[Carlos Lopes](#), Alto Representante do Presidente da União Africana para as Parcerias com a União Europeia pós-2020, começou por referir que estamos a viver três grandes transições: a transição climática, tecnológica e demográfica, as quais foram amplamente afetadas pela pandemia que, por sua vez, trouxe elementos aceleradores de novas tendências. Frisou, por um lado, que a pandemia realçou problemas no quadro ecológico e no meio ambiental e, por outro lado, no plano tecnológico, colocando em causa as formas de mobilidade, as cadeias de valor e da logística. No campo demográfico, referiu que a população maioritariamente jovem do continente africano lhes permitiu uma certa resiliência. Expressou a sua esperança de que a crise permita uma redefinição do quadro de colaboração com a UE, com a previsão de novos instrumentos e meios de negociação, nomeadamente através do apoio à zona de comércio livre continental e transpondo as dificuldades existentes no quadro da Organização Internacional de Comércio (OMC), tendo felicitado pela recente nomeação da Senhora Ngozi Okonjo-Iweala como Diretora-Geral da OMC. No que diz respeito à transição climática, designadamente o Pacto Ecológico Europeu, exprimiu o seu desejo de que os apoios previstos nesta matéria não criem barreiras não tarifárias e não



penalizem as empresas africanas, e apelou, no quadro da transição tecnológica, para que se evite uma espécie de guerra tecnológica.

Finalmente, realçou as preocupações de ambas as partes relativamente à paz e segurança, as quais se traduzem nomeadamente na luta contra o terrorismo, alertando que se deve evitar conotar as questões migratórias como securitárias, mas antes devem ser tratadas no quadro da mobilidade, aproveitando os seus benefícios no que diz respeito à transição demográfica.

A última intervenção ficou a cargo de [Rita Laranjinha](#), Diretora-Geral para África do Serviço de Ação Externa da União Europeia, que relembrou que África é o vizinho mais próximo da Europa, bem como um parceiro indispensável, sendo do interesse de todos que se desenvolva uma parceria cada vez mais estratégica visando o multilateralismo, a paz, a segurança, a estabilidade, o desenvolvimento sustentável e inclusivo e o crescimento sustentável, sublinhou o conjunto de ações que a UE prevê, designadamente o seu apoio aos esforços de paz em zonas como o Sahel, Corno de África e Somália, através do Mecanismo Europeu para a Paz e as missões e programas de apoio à resolução e à prevenção de conflitos, destacando a importância de integrar nas ações de cooperação a boa governação, a democracia, o Estado de direito e a igualdade entre homens e mulheres, como garantes de um desenvolvimento sustentável e da segurança. Realçou o trabalho desempenhado pela UE, em estreita colaboração com as autoridades moçambicanas, em Cabo Delgado, através de uma abordagem integrada com recurso aos instrumentos da caixa de ferramentas europeia para África no quadro da formação das forças militares e de ajuda humanitária nesta província do Norte de África.

Concluiu, referindo a importância da UE assegurar uma parceria equilibrada e coerente no que concerne às migrações e à mobilidade, tendo por base o respeito pelo Direito Internacional, os Direitos Humanos e o Direito das Mulheres e visando uma parceria estratégica completa e preparada para enfrentar os desafios do século XXI.

De seguida, tomou a palavra a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, Nathalie Loiseau, que referiu que a relação entre a UE e África é forte, assenta em numerosos acordos e estratégias regionais, por exemplo, no Golfo da Guiné e no Sahel, destacando o papel da Cimeira UE – UA como momento decisivo para os dirigentes europeus e africanos definirem em conjunto as suas prioridades. No que diz respeito à segurança, realçou as missões e operações militares em curso no continente africano, bem como o recurso ao Mecanismo Europeu para a Paz, alertando para a necessidade de reforçar



a coordenação entre a missão civil e militar, assim como entre a segurança e o desenvolvimento.

Durante o debate foram manifestadas preocupações sobre a instabilidade e insegurança sentida em algumas regiões do continente africano, nomeadamente na zona do Sahel, Golfo da Guiné, Líbia, Congo e Moçambique (Joel Guerriau, *Sénat*, França; Paulo Rangel, Parlamento Europeu (PE); Javier Nart, PE; Andrea Orsini, *Camera dei Deputati*, Itália), tendo sido amplamente manifestado o apoio ao reforço da cooperação com África, através de uma estratégia completa (Michael Gahler, PE; Mónica Bartos, *Országgyűlés*, Hungria) e, concretamente, na área dos cuidados de saúde e das infraestruturas (Danuta Jazlowiecka, *Senat*, Polónia). Destaca-se ainda a preocupação expressada sobre a necessidade de prever os impactos negativos da nova legislação europeia em diversas temáticas, nomeadamente relativamente ao Pacto Ecológico Europeu, a regulação no campo tecnológico e o novo Pacto de Asilo e Migrações, tendo sido defendidos os benefícios das migrações no plano da mobilidade e não no plano securitário (Marisa Matias, PE; Roderich Kiesewetter, *Bundestag*, Alemanha).

Os Deputados na Assembleia da República também participaram neste debate, tendo o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) iniciado a sua intervenção dizendo que a cooperação com África representa um grande desafio para a UE, sendo este o maior fornecedor de ajuda para o desenvolvimento e possuindo múltiplos instrumentos de apoio aos países e regiões do continente africano, visando a progressão económica e a consolidação das estruturas políticas, das instituições do Estado, designadamente no domínio da saúde e da educação, elementos essenciais para um progresso sustentável. Alertou para os efeitos nefastos da pandemia no que diz respeito aos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão, o fenómeno das migrações, a natureza da estrutura política e a questão securitária, bem como a explosão demográfica que exigem uma resposta a vários níveis, em termos de educação, emprego e desenvolvimento tecnológico. Terminou, questionando sobre o balanço que a UE faz sobre a cooperação com África.

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), referindo-se às iniciativas urgentes nas quais a Europa deve participar relativamente ao continente africano, questionou sobre a inclusão da dívida soberana de diversos países africanos nesta matéria, recordando a extensão do prazo da “*Debt Service Suspension Initiative*” e da influência significativa da China que detém uma boa parte da dívida destes países.



A Senhora Deputada Lara Martinho (PS) referiu que uma das áreas que considera merecer maior aprofundamento na cooperação existente entre a UE e África é a da segurança marítima. Recordou a aprovação recente no Conselho Europeu do conceito de presenças marítimas coordenadas e a designação do Golfo da Guiné como a primeira área marítima de interesse da UE, onde será desenvolvido um projeto-piloto que irá procurar articular a presença de meios navais nacionais ao nível europeu, promovendo a partilha de informação e um conhecimento atualizado da região, muito afetada pela pirataria. Frisou que uma das prioridades portuguesas é promover o entendimento partilhado deste instrumento, assumindo uma maior articulação com a arquitetura de Yaoundé, onde a Comissão Europeia é um parceiro essencial. Questionou, por fim, sobre formas de aprofundar a cooperação entre a UE e os países africanos na área de segurança marítima e quais os principais desafios neste âmbito.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) destacou o terrorismo existente em certas zonas de África, como no Sahel, Corno de África e em Cabo Delgado, Moçambique, onde se vive uma onda de violência, medo e insegurança. Manifestando a sua preocupação com o último relatório da Amnistia Internacional, questionou sobre as ações que a UE se encontra a preparar, juntamente com as autoridades moçambicanas, para a resolução desta tragédia humanitária, sobre as formas de cooperação estruturada e estratégica que estão a ser prestadas pela UE ou pelo Governo de Portugal para o esforço de paz em Cabo Delgado e, conseqüentemente, para a pacificação e desenvolvimento de Moçambique.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) questionou sobre a previsão da realização da próxima Cimeira UE – África e sobre a opinião do Senhor Carlos Lopes sobre qual o papel que Portugal deve ter, dadas as suas relações com África, para liderar o aprofundamento da cooperação estratégica entre os dois continentes.

Respondendo às questões colocadas, os oradores do painel sublinharam a relevância da estratégia UE – África como base de trabalho integrada e abrangente para a cooperação, onde a saúde e educação figuram como elementos essenciais, bem como a relevância de interligar esta estratégia com outras, designadamente a Agenda para o Mediterrâneo. Foram expressadas grandes expectativas relativamente à realização da próxima Cimeira UE – UA, nomeadamente no que diz respeito à previsão de instrumentos de gestão da cooperação e formas de enfrentar os grandes desafios, tendo ainda sido referido, no que diz respeito à segurança marítima, o projeto europeu de apoio à segurança marítima integrada na África ocidental.



Observações finais do Deputado ao Parlamento Europeu David McAllister e do Deputado Marcos Perestrello.

Os trabalhos foram encerrados pelo Presidente da Comissão AFET do Parlamento Europeu, David MacAllister, e pelo Presidente da CDN da Assembleia da República, Marcos Perestrello.

David MacAllister agradeceu ao seu homólogo a colaboração, considerando a discussão muito frutífera, esperando que a próxima conferência, em Ljubljana, possa ser presencial.

Marcos Perestrello agradeceu ao Parlamento Europeu a colaboração na organização da Conferência. Realçou ainda a importância que deve ser atribuída à relação entre a NATO e UE, afirmando que a defesa da Europa vai depender muito desta aliança. Recordou que o Alto Representante Borrell trouxe ao debate as capacidades da UE e verificou as preocupações dos parlamentares em relação à Rússia, China, Turquia e Balcãs Ocidentais, sendo a Turquia um parceiro fundamental, com quem a relação não é isenta de tensões. Lembrou, também, que a última sessão demonstrou que as relações com África são de extrema importância para a Europa.

Os Copresidentes elaboraram uma [Declaração Conjunta](#) no âmbito desta Conferência Interparlamentar, que foi enviada às delegações logo após o final da reunião.

A reunião terminou pelas 13 horas, com a interpretação do “Poema Sinfónico Vitória -um Hino a Magalhães”, composto por Helder Bettencourt e interpretado pela Banda da Armada.

Lisboa.18 de maio de 2021

Marcos Perestrello

Presidente da Comissão de Defesa Nacional



Seguem, em anexo os seguintes documentos:

- Documento n.º 1: Programa dos Trabalhos;
- Documento n.º 2: Declaração Final Conjunta;

Encontram-se disponíveis para consulta:

- Lista de Participantes na Conferência, consultável [aqui](#)¹;
- Exemplar do [Dossier de Apoio](#) disponibilizado pelos Serviços aos Deputados da Delegação nacional.

¹https://parleu2021.parlamento.pt/ficheiros/PESC/Final%20List%20of%20Participants%20IPC%20CFSP_CSDP.pdf



2021PORTUGAL.EU
Dimensão Parlamentar

**Programa da Conferência Interparlamentar sobre a
Política Externa e de Segurança Comum e a Política
Comum de Segurança e Defesa**

3-4 de março de 2021, Lisboa

Videoconferência



2021PORTUGAL.EU
Dimensão Parlamentar



Parlamento Europeu

Quarta-feira | 3 de março de 2021

14h00 - 14h30

Reunião da Troika

(à porta fechada – participação reservada apenas aos Membros da Troika)

15.00 - 15.20

Abertura da CIP PESC/PCSD

Discurso de abertura de Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República

Intervenções de abertura de Marcos Perestrello, Deputado, Presidente da Comissão de Defesa Nacional e Chefe da Delegação Portuguesa à CIP PESC/PCSD

Intervenções de abertura de David McAllister, Deputado ao Parlamento Europeu, Presidente da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu

15.20 - 16.15

Discurso de Jens Stoltenberg, Secretário-geral da NATO

Presidida por: Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República

Moderação: David McAllister, Deputado ao Parlamento Europeu e Presidente da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, e Marcos Perestrello, Deputado, Presidente da Comissão de Defesa Nacional e Chefe da Delegação Portuguesa à CIP PESC/PCSD

16h15 - 17h45

Sessão I: Defendendo a Europa: a cooperação entre a UE e a NATO e a Bússola Estratégica

Presidida por: Marcos Perestrello, Deputado e Presidente da Comissão de Defesa Nacional, e Nathalie Loiseau, Deputada ao Parlamento Europeu e Presidente da Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu

Oradores principais:

- João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional de Portugal
- Charles Fries, Secretário-Geral Adjunto do Serviço Europeu para a Ação Externa para a PCSD
- Florence Gaub, Diretora-Adjunta do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia

Quinta-feira | 4 de março de 2021

9h30 - 11h00

Sessão II: Debate com o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Presidido por: David McAllister, Deputado ao Parlamento Europeu e Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, e Sérgio Sousa Pinto, Deputado, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas da Assembleia da República

11.00 - 11.15 <<intervalo>>

11h15 - 12h45

Sessão III: Uma estratégia abrangente da UE para África

Presidida por: Nathalie Loiseau, Deputada ao Parlamento Europeu e Presidente da Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu, e Luís Capoulas Santos, Deputado, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia República

Oradores principais: ○ Jutta Urpilainen, Comissária para as Parcerias Internacionais

- Francisco André, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal
- Carlos Lopes, Alto Representante do Presidente da União Africana para as Parcerias com a União Europeia pós-2020
- Rita Laranjinha, Directora-geral para África do Serviço de Acção Externa da União Europeia

12h45

Observações finais do Deputado ao Parlamento Europeu David McAllister e do Deputado Marcos Perestrello.

No final da Conferência, os participantes são convidados a assistir ao “Poema Sinfónico Vitória - um Hino a Magalhães”, composto por Helder Bettencourt e interpretado pela Banda da Armada.



**18.^a Conferência Interparlamentar sobre a Política
Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de
Segurança e Defesa (PESC/PCSD)**

3-4 de março de 2021

por videoconferência

Declaração dos Copresidentes

Observações preliminares

A 18.^a Conferência Interparlamentar (CIP) sobre a PESC/PCSD realizou-se no contexto da dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da UE em 3 e 4 de março de 2021. Devido à atual pandemia de COVID-19, o evento foi realizado pela segunda vez por videoconferência. Contou com a presença de parlamentares dos Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu. Participaram igualmente parlamentares de países candidatos e potenciais candidatos à UE, bem como de países membros europeus da NATO que não são membros da UE, nomeadamente da Albânia, da Islândia, da Macedónia do Norte, de Montenegro, da Noruega, do Reino Unido e da Sérvia.

Nós, os copresidentes da 18.^a CIP:

- Sublinhamos que a pandemia de COVID-19 continua a ter consequências económicas, sociais, políticas e, em particular, geopolíticas que afetarão inevitavelmente aspetos-chave da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE. Salientamos que o ambiente de segurança da UE é hoje mais volátil e mais imprevisível, sendo um dos mais complexos e ambíguos desde o fim da Guerra Fria.
- Consideramos o surto global da pandemia de COVID-19 um fator que alterou o contexto internacional e um catalisador de mudança na ordem global. Salientamos, a este respeito, a importância fundamental da resiliência interna da UE, o desenvolvimento de novas parcerias e o reforço da visão multilateral da UE à escala mundial. Saudamos as iniciativas Equipa Europa e Resposta Mundial ao Coronavírus, que estão a ajudar os países parceiros a enfrentar o impacto da pandemia.
- Louvamos a ação da Comissão Europeia na decisão sem precedentes de adquirir e distribuir vacinas para a COVID-19, como um momento notável de afirmação da unidade europeia.
- Apelamos à necessidade de adaptar e ajustar rapidamente a resposta da UE a esta nova realidade geopolítica. Recordamos que a União Europeia é um «parceiro de eleição» para terceiros, guiado pela promoção da democracia e pela proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Sublinhamos que a UE é um interveniente e mediador fiável

na resolução de conflitos, mas também um líder na promoção de quadros multilaterais. Congratulamo-nos com a Comunicação Conjunta relativa ao reforço da contribuição da UE para um multilateralismo assente em regras.

- Apelamos a uma vontade política genuína dos Estados-Membros para impulsionar conjuntamente os objetivos da política externa da UE e contrariar as tentativas de países terceiros de dividir a UE. Notamos que ainda existe um grande potencial por explorar na combinação e integração de todas as vertentes do poder tangível e intangível da ação externa da UE para alcançar os nossos objetivos em matéria de PESC e PCSD.
- Exortamos o Presidente do Conselho Europeu, o Presidente da Comissão e o Secretário-Geral da NATO, na qualidade de guardiães da Declaração Conjunta UE-NATO, a impulsionar a cooperação UE-NATO com vista a melhorar o desenvolvimento de capacidades e a contribuir para a paz e a segurança na Europa e no mundo. Convidamos o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança a assegurar, com as suas propostas, que as futuras Orientações Estratégicas sejam coerentes com o papel da NATO reconhecido pelos Tratados. Incentivamos os Estados-Membros a permitirem mais progressos nas relações UE-NATO, resolvendo questões relacionadas com o intercâmbio de informações, permitindo a participação de não-membros em atividades de ambos os quadros e abordando globalmente a defesa e a resiliência europeias e transatlânticas.
- Salientamos a necessidade de reforçar a influência global da UE, de consolidar as nossas alianças estratégicas com parceiros que partilham as mesmas ideias em todo o mundo e de diversificar a nossa cooperação numa base *ad hoc*. Acreditamos na importância de reforçar a «soberania estratégica» da UE, a fim de permitir um processo decisório mais rápido e mais eficaz, de reforçar a capacidade da UE e dos Estados-Membros para estabelecer uma verdadeira união da defesa, a fim de reforçar a capacidade de ação da UE.
- Acolhemos com agrado a Comunicação Conjunta sobre a «Parceria renovada com a vizinhança meridional – Uma nova Agenda para o Mediterrâneo». Reafirmamos a importância estratégica da vizinhança meridional da UE e a necessidade de promover a estabilidade política, democrática e socioeconómica e de apoiar os nossos parceiros na vizinhança meridional para fazer avançar as reformas necessárias e criar novas oportunidades para os seus jovens. Reiteramos que todos os intervenientes na região devem comprometer-se a prosseguir o diálogo de boa-fé e a abster-se de ações unilaterais que sejam contrárias aos interesses da UE e violem o direito internacional e os direitos soberanos de outros países, especialmente se tal afetar os Estados-Membros da UE. Salientamos o valor da diplomacia parlamentar e o papel do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE no reforço de uma capacidade de diálogo, compromisso e cooperação mais profunda com os nossos parceiros na vizinhança meridional. Salientamos o papel que a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, atualmente presidida pelo Parlamento Europeu, pode desempenhar no reforço dos objetivos da Comunicação Conjunta, com especial referência aos esforços conjuntos para a defesa do clima e aos esforços conjuntos renovados para um mar Mediterrâneo sustentável e ambientalmente preservado. Apoiamos a organização de uma cimeira entre a UE e os nossos parceiros na vizinhança meridional para fazer avançar o diálogo e a cooperação sobre a nova agenda para o Mediterrâneo e a respetiva implementação.

- Reafirmamos a importância da parceria UE-África, que só poderá ser bem-sucedida se for verdadeiramente uma parceria entre iguais, assente na solidariedade e responsabilidade própria e numa visão comum para o nosso futuro. Apelamos a uma verdadeira parceria entre a União Europeia e a União Africana, com ênfase numa maior coerência entre as políticas da UE, na afetação transparente dos recursos da UE orientada para os resultados e numa aliança política revigorada, que deve ir além da tradicional cooperação humanitária e para o desenvolvimento, para que a nossa parceria possa realizar o seu potencial. O trabalho comum deve abordar cinco tendências: uma parceria para a transição ecológica e o acesso à energia; uma parceria para a transformação digital; uma parceria para o crescimento sustentável e o emprego; uma parceria para a paz, a segurança e a governação; e uma parceria em matéria de migração e mobilidade. Sublinhamos que uma África próspera, pacífica e resiliente é um objetivo essencial da política externa da UE, que deve centrar-se, em especial, no multilateralismo, na paz, na segurança e na estabilidade, no desenvolvimento sustentável e inclusivo e no crescimento económico sustentável. Apoiamos a organização da Cimeira UE-África dos Chefes de Estado e de Governo em 2021.
- Manifestamos preocupação pelo facto de, recentemente, vários países da vizinhança oriental da UE se terem tornado centros de crises políticas e militares e terem assistido ao ressurgimento de intervenientes regionais assertivos. Recordamos que a situação na região foi agravada pela pandemia de COVID-19 e pelo seu impacto económico e social. Sublinhamos que, embora se tenham alcançado resultados satisfatórios em muitos domínios, é necessário realizar novos progressos em domínios como o sistema judiciário e o Estado de direito, bem como na luta contra a corrupção e na desoligarquização da economia.
- Condenamos veementemente a atual repressão contra as forças democráticas e os meios de comunicação social independentes na Bielorrússia. Lamentamos que, apesar da condenação pela comunidade internacional, o regime de Lukashenka continue a privar os bielorrussos dos seus direitos mais básicos e a perseguir representantes das forças democráticas, jornalistas, defensores dos direitos humanos, ativistas da sociedade civil e sindicalistas independentes. Instamos o regime a pôr termo a estas repressões e a aceitar um verdadeiro diálogo nacional conducente a uma transição harmoniosa do poder. Reafirmamos o nosso apoio contínuo e inabalável ao povo da Bielorrússia na sua luta corajosa pelo respeito da sua dignidade e dos seus direitos fundamentais.
- Reiteramos o apelo a um compromisso renovado para com uma política de alargamento credível através de uma integração coerente dos Balcãs Ocidentais, integrando firmemente a região nos processos e estruturas da UE, defendendo a democracia, o Estado de direito e a reconciliação. Salientamos a necessidade de reforçar a cooperação e a solidariedade na resposta conjunta aos desafios, incluindo a ingerência externa, a desinformação, a migração e o impacto socioeconómico da pandemia de COVID-19. Aguardamos com expectativa a realização das primeiras conferências intergovernamentais com a Albânia e a Macedónia do Norte. Acreditamos que a Conferência sobre o Futuro da Europa deve envolver ativamente os representantes dos países dos Balcãs Ocidentais, tanto a nível governamental como da sociedade civil e da juventude.
- Condenamos a decisão das autoridades russas de deter e condenar Alexei Navalny, o que viola claramente o direito internacional e a Constituição da Federação da Rússia. Exortamos as autoridades russas a libertarem imediatamente Alexei Navalny e todos os

outros manifestantes pacíficos detidos arbitrariamente durante e após as manifestações realizadas em janeiro e fevereiro, bem como a por em termo à violência e intimidação contra ativistas políticos, defensores dos direitos humanos e jornalistas. Acreditamos que os recentes desenvolvimentos na Rússia confirmam a necessidade de repensar e reformular a estratégia da UE em relação ao Governo russo e de reforçar o apoio da UE aos cidadãos russos. Apelamos à utilização, sempre que adequado, do regime global de sanções para as violações dos direitos humanos (legislação Magnitsky da UE) pela UE para punir todos os responsáveis por violações dos direitos humanos na Rússia.

- Congratulamo-nos com a celebração do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, um acordo equilibrado que protege a integridade do mercado interno, a indivisibilidade das quatro liberdades e limita as consequências negativas da saída do Reino Unido da UE, proporcionando segurança jurídica aos cidadãos e às empresas. Lamentamos que o acordo não contenha disposições em matéria de política externa e de segurança, apesar de a Declaração Política de 2019 ter previsto essa cooperação. Sublinhamos que é do interesse de ambas as partes manter uma cooperação estreita e duradoura nestes domínios. Apoiamos a criação de uma Assembleia Parlamentar de Parceria para os Deputados dos Parlamentos Europeu e do Reino Unido, tal como previsto no Acordo.
- Acolhemos com agrado o compromisso renovado da administração dos EUA no sentido de reforçar as alianças mundiais, em especial a transatlântica, e de restabelecer a confiança na ordem multilateral assente em regras. Acolhemos com agrado a iniciativa da Comissão e do SEAE de conceber uma nova agenda transatlântica adequada ao atual panorama mundial, tal como apresentada na Comunicação sobre «Uma nova agenda UE-EUA para uma mudança a nível mundial». Acreditamos que a cooperação entre a UE e os EUA pode ser reforçada no que diz respeito à luta contra a pandemia de COVID-19 e às suas consequências económicas e sociais, à cooperação multilateral, ao apoio e à reforma das organizações internacionais, às alterações climáticas, à segurança e à defesa, à democracia, à proteção dos direitos humanos a nível mundial, à tecnologia, ao comércio e às normas.
- Sublinhamos a necessidade de estabelecer uma estratégia renovada e unificada entre a UE e a China, a fim de ter em conta a complexidade e a escala das relações da UE com a China. Em consonância com as Conclusões do Conselho Europeu de outubro de 2020, apoiamos o apelo à Comissão e ao Alto Representante para que apresentem um relatório de progresso sobre a Perspetiva Estratégica UE-China até março de 2021. Recordamos a necessidade de continuar a abordar todas as questões na agenda de ambas as partes e reconhecemos que, embora devam prosseguir os esforços para alcançar uma cooperação mais estreita no que diz respeito às alterações climáticas e ao ambiente, a UE deve manifestar firmemente a sua oposição aos recentes desenvolvimentos em Hong Kong e ao tratamento das minorias étnicas e religiosas no território chinês e apelar a um compromisso mais forte por parte da China no domínio dos direitos humanos.

Marcos Perestrello, Deputado à Assembleia da República
Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Chefe da Delegação da Assembleia da República

David McAllister, Deputado ao Parlamento Europeu
Presidente da Comissão dos Assuntos Externos do PE, Presidente da Delegação do PE